

# BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO CAMPONÉS NO NORDESTE \*

Mauro Guilherme Pinheiro Koury \*\*

## DO SURGIMENTO

O movimento camponês no Nordeste surge, como força política, no momento do aparecimento das Ligas Camponesas, na segunda metade da década de cinqüenta. É bom frisar, no entanto, que a preocupação com a organização do homem do campo vem se dando desde o início do século.

Na leitura de alguns congressos operários — notadamente o 1.º e o 2.º Congresso Operário Brasileiro, de tendência anarco-sindicalista, realizados na cidade de Rio de Janeiro, nos anos de 1906 e 1913 — observa-se, com insistência, inquietações no sentido de “fazer chegar até eles (colonos e trabalhadores do campo), (...) a nossa propaganda, estimulando-os a se constituírem em sociedades de resistência”.<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo, esses congressos indicam, como tarefa de cada estado, a necessidade de excursões ao interior, para propaganda e organização sindical propriamente dita. Manuel do Ó, operário da *Great-Western*, em Pernambuco, e militante anarco-sindicalista, relata em suas memórias,<sup>2</sup> algumas dessas excursões ao campo, confirmando a filiação de camponeses em Sindicatos de Offícios Vários, de algumas cidades interioranas. Isso aconteceu apesar da resistência da grande maioria campesina, a qual, como receio de represália dos patrões ou grandes proprietários, recusava-se a participar desse tipo de organização, e também apesar da pouca penetração dessas idéias, mesmo porque tais excursões se davam só esporadicamente e sempre dentro dos limites das cidades.

A dificuldade de um trabalho sistemático no meio rural, no seu interior, associado à falta de uma política explícita de organização para os trabalhadores rurais, que ressaltasse a especificidade de sua luta, os colocando junto a diversas

\* Versão revisada de um trabalho apresentado no “II Ciclo de Estudos sobre Problemas Agrários”, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 19-23/11/1983.

\*\* Sociólogo, Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPb.

(1) I e II Congresso Operário Brasileiro, In: ANDRADE, Pedro de: *Encontros da Classe Trabalhadora: de 1906 até o CONCLAT-1981*, São Paulo, 1981, pp. 27-38.

(2) Ó, Manuel do: *100 Anos de Suor e Sangue: Homens e Jornadas da Luta Operária do Nordeste*, Petrópolis, 1971.

categorias de trabalhadores urbanos e artesãos, em Sindicatos de Ofícios Vários, impediu um aprofundamento dessa experiência organizativa.

Na década de trinta, agora já sob a égide do Partido Comunista (PC), se recoloca a questão das condições de vida e trabalho do homem do campo, visando um trabalho de caráter organizativo, principalmente no sentido de angariar o apoio camponês às lutas que estão sendo travadas no meio urbano. A Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) e a Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, por exemplo, estabelecem um plano de trabalho para intervir no meio rural, com objetivos de propaganda, filiação de trabalhadores nos Sindicatos de Ofícios Vários ainda existentes, como o da cidade de Barreiros (Pernambuco), e de criação de núcleos e associações. Este trabalho é interrompido bruscamente com a repressão advinda do insucesso do levante armado de 1935.

Com o advento da redemocratização, em 1945, e o breve período de legalidade do Partido Comunista, se tem notícia de novas tentativas de organização do meio rural, criando-se pequenos núcleos no interior de unidades produtivas (principalmente nos canaviais). A formação dos núcleos se dá então através do envio de militantes (de origem camponesa, de preferência) às *plantations*, para realizarem o trabalho de propaganda e organização. Os jornais da época, ligados ou simpatizantes do Partido Comunista, dão boa cobertura ao trabalho realizado pelo partido no meio rural, ao lado de servirem de suporte organizativo dos próprios núcleos, com denúncias sistemáticas do regime de trabalho nas *plantations*, assim como da repressão desenfreada exercida pelos senhores da terra contra os trabalhadores que buscavam se organizar.

Este período se revela muito rico a nível de organização das massas dos trabalhadores do campo. As formas organizativas adotadas vão da formação de pequenos núcleos no interior das unidades produtivas à criação de Sociedades Cívicas sem fins lucrativos nas cidades interioranas, chamadas de associações e/ou Ligas Camponesas. Estas sociedades, cujo registro era permitido pelo Código Civil, davam um caráter legal à organização camponesa, refreando a violência dos senhores da terra e dando, ao mesmo tempo, um suporte às lutas e reivindicações dos trabalhadores, além de servirem como ponto de convergência entre os núcleos internos das *plantations*, retirando cada luta e/ou reivindicação do possível isolamento, por engenho ou fazenda, e tornando-as comuns a toda uma categoria.

As lutas, em sua grande maioria, eram pela permanência nas terras em que trabalhavam, havendo também reivindicações contra o trabalho aos domingos, pelo descanso nos feriados natalinos, pelo pagamento do salário em dinheiro e não em vales, contra os salários de fome, etc.

Com a cassação do Partido Comunista em 1947, o trabalho do partido no meio rural passa, mais uma vez, à clandestinidade, exacerbando a violência contra os trabalhadores, particularmente contra aqueles organizados em associações ou Ligas Camponesas. As sedes das Ligas e associações são invadidas e em-

pasteladas; camponeses são presos, mortos ou desaparecidos. O trabalho organizativo, na clandestinidade, continua sob forte repressão e intimidação dos camponeses.

Mesmo na clandestinidade, durante todo o restante da década de quarenta e primeira metade dos anos cinquenta, continua o trabalho de organização e agitação da massa rural. O jornal *Correio Sindical*, de tendência próxima ao Partido Comunista, por exemplo, relata a ocorrência durante os anos de 1949 e 1950, período de circulação do jornal, de inúmeros casos de greves e/ou paralisações no meio rural nordestino, principalmente no estado de Pernambuco, sendo, algumas delas, vitoriosas. Assim mesmo narra a tentativa de organização do 1.º Congresso Camponês do Estado de Pernambuco, no ano de 1950, com representantes vindos de várias cidades pernambucanas e do vizinho Estado da Paraíba. O objetivo principal deste congresso residia na fundação e eleição da primeira diretoria da Federação dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Camponeses do Estado de Pernambuco (FTACEP). Relata, também, a participação camponesa na 1.ª Conferência Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco, em abril de 1950, convocada pela União Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (USTEP).

Em 1954, se realiza o 1.º Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, na cidade pernambucana de Limoeiro. Este congresso foi dissolvido sob forte repressão policial, apesar da resistência por parte dos delegados presentes. Por fim, segundo relato de Jover Telles<sup>3</sup>, neste mesmo ano de 1954 houveram, só na zona canavieira de Pernambuco, 43 greves de trabalhadores assalariados agrícolas, com um cálculo aproximado de mais de 30 mil trabalhadores parados. No ano de 1955, é realizado o 1.º Congresso Camponês de Pernambuco, na cidade de Recife, com a participação de três mil camponeses, os quais, no final do encontro, saem em passeata pelas ruas da cidade, com slogans reivindicando o direito de livre associação e reforma agrária.

Ainda em 1955, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão. Esta sociedade, após um curto período de boa convivência com o proprietário do engenho, começa a sofrer, de parte deste, perseguições e ameaças de expulsão dos trabalhadores e ela filiados. Deu-se assim começo a um processo de luta pela permanência na terra, que mudará todo o panorama político de participação camponesa no Brasil. É o início do movimento das Ligas Camponesas, que trará, pela primeira vez e de modo sistemático, os camponeses ao cenário político nacional enquanto força política própria.

---

(3) TELLES, Jover: *O Movimento Sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, 1962.

## AS FORÇAS POLÍTICAS POR TRÁS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Na década de quarenta, com uma linha de atuação junto ao meio rural, afora o Partido Comunista, existia a Igreja Católica, a qual começava a implantar um trabalho pastoral mais diretamente ligado ao trato de questões sociais. No Nordeste, este trabalho, embora de cunho nitidamente assistencial, terá o seu melhor desenvolvimento com a criação, em 1949, do Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte.

No início dos anos cinquenta, o SAR já desenvolve experiências pioneiras de alfabetização de adultos e de treinamento de lideranças no meio rural, que serão matriz de um projeto de ação da Igreja no Nordeste e em todo o Brasil. Preocupada com o panorama de miséria absoluta reinante no meio rural brasileiro, especialmente no nordestino, associado à onda de insatisfação e à crescente organização independente da massa camponesa, a Igreja busca encontrar uma solução para a questão social no campo. Esta saída, que será política, foi: 1) a de buscar interferir na política econômica do Estado brasileiro, com a finalidade de encontrar caminhos para uma diminuição das disparidades regionais no país; 2) a de aprofundar sua linha de ação junto aos camponeses, criando organizações que procurassem neutralizar as tentativas semelhantes já em andamento, postas em prática em geral pelos partidos políticos de esquerda, notadamente pelo Partido Comunista. A "ameaça do comunismo" fazia a Igreja voltar-se para a questão social e para um exercício mais temporal de ação junto aos trabalhadores do campo, mobilizando todo um exército de padres e leigos, sobretudo estudantes, ligados à Juventude Estudantil Católica (JEC) e à Juventude Universitária Católica (JUC), para implementar a organização desses trabalhadores nos moldes por ela idealizados.

Neste momento, o SAR passa a representar o ponto de convergência para os setores da Igreja preocupados e mobilizados para uma ação mais concreta no meio rural. De sua experiência com escolas radiofônicas nasce um convênio Igreja/Estado, assinado no governo de Jânio Quadros, destinado a por em marcha uma política de educação de base. Surge assim o Movimento de Educação de Base (MEB), que, na sua proposta original, traz a intenção de bloquear o trabalho organizativo das esquerdas no meio rural, através de uma política de atuação e esclarecimento junto aos trabalhadores.

Das experiências desenvolvidas pelo SAR, a Igreja Católica extrai suas conclusões e aprofunda, no Brasil, e especialmente no Nordeste, uma política organizativa dos trabalhadores rurais, via sindicalismo. A opção pelo sindicalismo provinha do fato de já se ter promovido com sucesso, no Rio Grande do Norte, experiências pioneiras. Nesse sentido, nos idos do ano de 1960, a Igreja implementou uma Semana de Estudos, em Natal, com representantes de todos os estados do Nordeste, para assimilar a experiência sindical do SAR, com vistas à implantação de uma política sindical nos seus estados de origem.

Desta Semana de Estudos, surgirão o Serviço de Orientação Rural de

Pernambuco (SORPE) e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), no Estado da Paraíba, entre outras organizações destinadas à instauração de uma estrutura organizativa própria, no meio rural, que neutralizasse a ação das forças de esquerda presentes no movimento camponês da época.

O Estado brasileiro era, até então, refratário ao reconhecimento de uma estrutura sindical no campo, a qual, desde os anos quarenta, vinha sendo sistematicamente tentada pelo Partido Comunista e bloqueada pelos latifundiários. Estes tinham conseguido neutralizar toda e qualquer visão simpatizante de uma política sindical rural, chegando a depor, em 1954, a João Goulart, então Ministro da Agricultura do governo de Getúlio Vargas, por o mesmo ter-se sensibilizado com a possibilidade de implantação, via Estado, de uma estrutura sindical no meio rural brasileiro. Porém, nos anos sessenta, o Estado cede à pressão exercida pela Igreja Católica, reconhecendo vários dos sindicatos por ela criados.

## O SINDICALISMO RURAL CATÓLICO

Tem início, desde então, uma nova fase no processo de organização camponesa no Brasil. Correm os primeiros anos da década de sessenta. A estrutura sindical católica, no meio rural, cresce e se fortalece, principalmente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, ganhando um espaço próprio no seio do movimento camponês. Sua política de ação é, sobretudo, uma política de "paz social". Se bem, de um lado, busca organizar os trabalhadores para reivindicarem os seus direitos, pelo outro procura não se contrapor aos senhores da terra. Promove assim uma política de sensibilização à modernização das relações de trabalho no campo, como forma de garantia da harmonia patrão-trabalhador, tentando neutralizar a política que visa uma transformação global de toda a sociedade, posta em prática no campo pelos grupos de esquerda.

De outra parte, vale aqui salientar que a opção por uma ação temporal pela Igreja traria, ao seu interior, uma gama de redefinições junto ao baixo clero e uma parcela de leigos, principalmente jovens, ligados à JUC e à JEC. Estas redefinições dizem respeito, sobretudo, à busca de uma leitura e ação mais críticas dos fenômenos e processos sociais, aprofundando as contradições internas da Igreja, enquanto instituição, e forçando uma mudança na política pastoral implantada pela hierarquia. O aprofundamento crítico das contradições endógenas, vivenciadas pela Igreja, pelo laicato e o baixo clero, redundarão em uma caminhada desses setores para a esquerda, que leva, no início dos anos sessenta, à ruptura dos laços que os prendem à ação pastoral institucional e à formação, em 1961, de uma organização independente: a Ação Popular (AP).

A AP, com uma proposta de socialismo cristão, inicia um processo de disputa dos sindicatos, no interior do bloco católico. Quebra, desde modo, a hegemonia da ação conservadora da Igreja no meio rural. A AP consegue, por exemplo, dominar inteiramente os quadros do MEB, subvertendo sua atuação, e colocar em prática uma proposta de educação de base, de cunho mais progressis-

ta, enveredando pela educação sindical, ao mesmo tempo que dava início a uma política de frente com o Partido Comunista, contra a intervenção conservadora da Igreja no campo.

Na Paraíba, por exemplo, a CEPLAR — que inicia seu processo de formação no meio de uma prática hiper-conservadora e dominada pelos círculos católicos — passa, com a criação da AP, por grandes redefinições em sua linha de trabalho, terminando por formar uma frente com outras forças de esquerda presentes no meio rural paraibano, particularmente com o Partido Comunista.

O clero católico conservador se alia, por sua vez, com as forças golpistas — em acelerado processo de desenvolvimento no país, com base no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) — e com o capital norte-americano, reforçado agora com a “Aliança para o Progresso”.

## **SINDICALISMO DE ESQUERDA: OS COMUNISTAS E AS LIGAS CAMPONESAS**

Por seu turno, o Partido Comunista, envolvido desde a década de trinta com a prática organizativa no campo, em primeiro momento não se sente ameaçado com a liderança do deputado socialista Francisco Julião junto às massas camponesas, surgida a partir do sucesso de sua luta, como advogado, no caso do engenho Galiléia (esse movimento foi a Liga-Mãe de todo o processo de desenvolvimento de associações do gênero pelo Nordeste dos anos cinquenta). Pelo contrário, nos primeiros anos de crescimento das Ligas Camponesas, o Partido Comunista oferece apoio institucional e político ao movimento, dando suporte, sobretudo, à liderança carismática do deputado Francisco Julião.

As desavenças começam a emergir e se manifestar no momento em que as Ligas Camponesas buscam uma proposta independente de organização que foge ao controle do partido, ao mesmo tempo em que radicaliza suas posições frente à questão da revolução brasileira, denunciando pretensas alianças com o aparelho de Estado, como sendo contrário aos interesses do povo, e visualizando o processo revolucionário no Brasil como um movimento que viria do campo para a cidade.

O processo de dissensão, entre o Partido Comunista e as Ligas Camponesas, chega a um ponto de inflexão em que a ruptura se exterioriza. Foi o momento da aprovação das teses das Ligas (de reforma agrária “na lei ou na marra”), no Congresso Camponês, em Belo Horizonte, no ano de 1961, em contraponto às teses da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organismo vinculado ao Partido Comunista, que contava inclusive com o apoio de grande maioria dos delegados presentes ao Congresso. A partir de então, o partido no Nordeste parte — principalmente no Estado de Pernambuco, onde as Ligas Camponesas sob controle de Francisco Julião estavam mais desenvolvidas — a uma política de esvaziamento deste movimento, disputando com a Igreja

Católica a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Deste modo, o espaço de formação sindical passa a ser disputado por duas forças contrárias: o clero católico conservador e o Partido Comunista. A terceira força emergente, a AP oriunda da Igreja, se alia ao Partido Comunista numa frente oposta ao clero conservador. As Ligas Camponesas, com um crescimento desordenado, continuam aliás como força independente frente ao movimento camponês, mas entram em declínio enquanto espaço organizativo. Elas mesmas passam a assumir a formação de sindicatos, como maneira de assegurar a permanência de muitos de seus quadros.

A Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi criada em 1963, em meio deste clima de disputa pela hegemonia do movimento camponês. Sua primeira diretoria foi composta, em consequência da frente PC-AP, por partidários dessas organizações, ficando a presidência da entidade nas mãos do Partido Comunista.

## DECADÊNCIA PÓS-64 E POSTERIOR RETOMADA PÓS-68

Em abril de 1964, o processo por que passava o movimento camponês de então é brutalmente interrompido pelo golpe militar. As Ligas Camponesas são postas na clandestinidade e exterminadas, em face da forte repressão policial-militar mais capangagem dos senhores da terra. Os sindicatos sofrem intervenções e suas lideranças mais combativas são, em sua maioria, presas ou mortas. Mas a sua estrutura é poupada enquanto instituição e recolocada em funcionamento, porém já dentro de um rígido controle estatal e supervisão do clero conservador.

Os sindicatos de trabalhadores no meio rural, após o golpe, passam por um conjunto de redefinições que buscam quebrar sua força de representação, tornando-os meros agentes mediadores entre o Estado e os trabalhadores. É necessário deixar claro aqui que a legislação sindical brasileira já continha em si as formas de submissão do movimento sindical, de seu condicionamento, controle e fiscalização por parte do Estado. Esta legislação, que havia sido tornada *letromorta* pelo processo político vivenciado pelo movimento camponês dos anos de 1960 a 1964, é retomada pelo Estado autoritário em implantação no país após o golpe, não precisando mais do que poucos ajustamentos nos artigos que tratam do direito à greve, para torná-la uma das mais arbitrárias do mundo.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, a partir de 1964, passam a viver um grande dilema, ao ter que escolher entre ser órgãos de controle, vinculados ao Estado, ou veículos de representação de classe. Esta contradição é aprofundada a partir de 1968 devido ao início da Previdência Social Rural, que torna os sindicatos de trabalhadores rurais, *grosso modo*, em meros apêndices do Estado, apenas órgãos assistenciais para o trabalhador rural. E enquanto órgãos de assistência social, vinculam seus serviços apenas a seus associados, contribuindo assim a difundir a idéia — de profundo cunho ideológico — de que os sindicatos de tra-

balhadores rurais são dos associados e não do conjunto dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, o sindicalismo rural, embora vivendo uma crise de representação por ser mais veículo de assistência que de classe, no período pós-1968 parte para uma retomada da ação voltada para a fundação de sindicatos, estendendo sua rede por todos os municípios, de cada estado, da região e do Brasil. Ao mesmo tempo, monta uma estrutura centralizada que permite à CONTAG e às Federações manter sob supervisão direta toda a rede de sindicatos espalhados pelo país.

Este fato é significativo para o entendimento do papel dinamizador assumido pela CONTAG a partir do ano de 1974, no sentido de viabilização de uma política de representação de classe. Esta confederação começa a se mostrar presente em todos os acontecimentos significativos que envolvem categorias de trabalhadores por ela representados, em todos os recantos do Brasil. Parte para uma ofensiva de denúncias sistemáticas das condições de vida e de trabalho do homem do campo, agindo também como elemento impulsionador de organização, para reivindicações e lutas, entre seus representados.

Assim, em 1979, a CONTAG está presente, auxiliando e impulsionando a organização do movimento grevista entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco. O mesmo acontece nos anos subseqüentes, quebrando resistências de sindicatos pelegos, com mobilização pela base, nos engenhos e usinas do estado. Ao mesmo tempo, a CONTAG viabiliza novas campanhas salariais, como foi o caso da greve dos canavieiros do Rio Grande do Norte, auxiliando à Federação na organização e defesa dos trabalhadores. Além disso, promove sistematicamente reuniões e encontros entre Federações e dirigentes sindicais de diferentes estados, com o objetivo de trocar experiências e se empenhar pela unificação de um programa comum de lutas, em prol dos direitos dos trabalhadores.

## CONCLUSÃO

Não se pode deixar de registrar aqui, como palavras finais, o clima de violência existente no campo brasileiro, contra trabalhadores rurais, sindicalistas e advogados sindicais, emanado da força retrógrada do latifúndio. Segundo dados do secretariado regional da Comissão Pastoral da Terra, de Goiás, entre janeiro e julho de 1982, no Brasil sofreram atentados e ameaças de morte 27 lavradores e dirigentes sindicais rurais, com um saldo de 17 mortes. E, de acordo com dados da revista *Isto É*<sup>4</sup>, de 1980 a 1983, foram assassinados no Brasil 8 dirigentes sindicais, 3 advogados e 39 trabalhadores rurais, estes geralmente delegados sindicais. Entre estes, a líder sindical Margarida Alves da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova, no Estado da Paraíba, no

---

(4) *Isto É*, n.º 350, São Paulo, 7.9.83.



dia 12 de agosto de 1983, e Jossias Paulino de Almeida, posseiro e delegado sindical, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibimirim, no Estado de Pernambuco, no dia 15 de agosto de 1983, isto é, três dias após o assassinato da líder camponesa de Alagoa Nova.

Assassinados, por trabalharem por condições de vida e de trabalho um pouco mais dignas e menos miseráveis para si e para os seus companheiros trabalhadores.

## BIBLIOGRAFIA

### *PUBLICAÇÕES NÃO-PERIÓDICAS*

ANDRADE, Pedro de: *Encontros da Classe Trabalhadora: de 1906 até a CONCLAT-1981*, São Paulo, Quilombo, 1981.

Ó, Manuel do: *100 Anos de Suor e Sangue: Homens e Jornadas de Luta Operária do Nordeste*, Petrópolis, Vozes, 1971 (2a. ed.).

TELLES, Jover: *O Movimento Sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

### *REVISTAS E JORNAIS*

*Folha do Povo*, Recife, anos 1935 e 1946-47

*Correio Sindical*, Recife, anos 1949-50.

*Isto É*, nº 350, São Paulo, 7.9.83.